

VALDUMIRO NASCIMENTO GALINDO

COMÉRCIO INTERNACIONAL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
BRASILEIRO - Abordagem Crítica

Tese apresentada à Faculdade
de Ciências Econômicas da U-
niversidade Federal da Bahia
para concurso de Professor
Assistente do Departamento -
de Economia I - Teoria Econô-
mica.

Salvador - Bahia - Brasil
Dezembro de 1974



AGRADECIMENTOS

Várias pessoas contribuíram de uma maneira ou de outra para a realização deste trabalho. Gostaria de agradecer ao Professor Jorge Peltier Loureiro Freire por seus comentários construtivos, à Economista Joanete da Silva Pereira - colaboradora incansável, à Professora Lícia Maria Borba Pedreira, que sugeriu interessantes modificações na redação do original, assim como a D. Vany Barretto do Carmo, cujo esforço e dedicação tornaram possível a apresentação datilográfica em prazo exíguo.

SUMÁRIO

Página

INTRODUÇÃO

1

CAPÍTULO 1. O COMÉRCIO INTERNACIONAL NA TEORIA DO DESENVOLVIMENTO

1.1	Algumas interrogações sobre o comércio internacional e o desenvolvimento	4
1.2	O pensamento clássico	5
1.2.1	Economia clássica - definição	6
1.2.2	Adam Smith	
1.2.3	David Ricardo	
1.2.3.1	Antecedentes da teoria dos custos comparativos	12
1.2.3.2	A teoria dos custos comparativos	21
1.2.4	John Stuart Mill	27
1.3	A interpretação neoclássica	28
1.3.1	Visão de conjunto	30
1.3.2	A teoria da utilidade marginal	30
1.4	Tentativa de reformulação da teoria clássica	35
1.5	Um complemento - As relações de troca implícitas na versão espacial-regionalista	40
1.5.1	Visão geral	42
1.5.2	Precursores	43
1.5.3	A contribuição de Douglas C. North	43
1.5.4	Ampliação do modelo de North - O modelo de Richardson	46
1.5.5	A teoria dos lugares centrais	48
1.5.5.1	Apresentação do problema	48
1.5.5.2	Um exemplo: o modelo de August Lösch	49
1.5.6	O fenômeno da polarização	57
1.5.7	O pensamento da CEPAL	62
1.5.8	Notas sobre a teoria marxista-leninista do comércio internacional	67

CAPÍTULO 2. FUNDAMENTOS BÁSICOS DA HISTÓRIA ECONÔMICA DO BRASIL

2.1	Introdução	71
2.2	As origens	72
2.3	Ocupação do território brasileiro	73
2.4	Características dos ciclos	74
2.4.1	Economia açucareira	79
2.4.2	Economia mineira	83
2.4.3	Economia cafeeira	83
2.4.4	O processo de substituição de importações e novas formas de dominação	93

CAPÍTULO 3. MULTINACIONAIS, CONSEQUÊNCIA NATURAL
DA EXPANSÃO DAS FORÇAS PRODUTIVAS SOB A FORMA
DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

3.1	Obscurantismo e interrogações	112
3.2	Uma exceção?	126
3.3	A experiência brasileira	132

CAPÍTULO 4. CONCLUSÃO 155

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 161

ANEXO Nº 1

ANEXO Nº 2

ANEXO Nº 3

ANEXO Nº 4

ANEXO Nº 5

COMÉRCIO INTERNACIONAL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO BRASI-
LEIRO - ABORDAGEM CRÍTICA

Introdução

Este trabalho pretende abordar, numa versão em forma de síntese, o comércio internacional no desenvolvimento econômico brasileiro, realçar o obscurantismo e superficialidade com que o tema tem sido tratado e levantar algumas interrogações sobre as relações de trocas do capitalismo atual. Nesta linha de raciocínio, o Brasil se constitui em excelente exemplo histórico para os objetivos aqui prepostos.

País de economia aberta, voltado acentuadamente para o comércio internacional, o Brasil, desde quando se constituía em colônia portuguesa, cresceu, em estreita dependência dos impulsos externos. Esta dependência inicia-se na economia açucareira, atravessa as fases diversas da configuração econômica, política e social do País e chega aos dias atuais. A mudança nas relações de produção nos setores considerados dinâmicos da economia brasileira, saindo do escravismo para atingir as mais refinadas formas capitalistas, não foi suficiente para pôr um fim a essa dependência.

Há explicações no campo da teoria econômica capazes de esta

belecer relações causais desse comportamento? Em caso afirmativo, as políticas econômicas seguidas com base nessas teorias devem ser mantidas? Como é óbvio, esta dúvida poderá ser esclarecida através de análise do pensamento dos teóricos da economia. Comparando-se estas teorias com a realidade objetiva da experiência brasileira poder-se-á, pelo menos, levantar as dúvidas necessárias, assim como estabelecer relações causais entre o que é e o que poderia ser.

normativ.

Definido o universo do estudo e seu objetivo, foram estabelecidos os procedimentos metodológicos seguintes:

- seleção de obras e de autores;
- divisão do trabalho em IV capítulos

No primeiro capítulo, intitulado "O Comércio Internacional na Teoria do Desenvolvimento", procura-se extrair da função de produção o papel da variável externa, segundo os economistas de maior expressão.

No capítulo II, "Fundamentos Básicos da História Econômica Brasileira", um esforço será realizado no sentido de mostrar, em síntese, as repercussões internas da dependência econômica do Brasil em relação ao Exterior.

Sob o título "Multinacionais; Consequência Natural da Expan-

são das Forças Produtivas sob a Forma de Produção Capitalista", que constitui o III Capítulo, procura-se ressaltar os métodos inadequados de abordagem do problema e sua superficialidade assim como o conflito aberto entre essas empresas, seus objetivos e as organizações geo-políticas herdadas do passado.

As conclusões vêm englobadas no Capítulo IV, no qual pretende-se apontar coerências ou incoerências entre as hipóteses postuladas nos princípios teóricos dos economistas a que se refere o Capítulo I, em relação à experiência brasileira e as perspectivas do País para os próximos anos.

Um esclarecimento final se faz necessário. Os dados estatísticos são utilizados neste trabalho com prudência e de maneira parcimoniosa. Aparecem como apoio aos argumentos levantados somente quando são importantes em termos analíticos. Este procedimento parece correto desde que extensas tabelas além de cansativas não tem sido muito úteis ao esclarecimento da essência dos problemas. Isto não significa que se tenha subestimado a importância desses dados. Pelo contrário. Fez-se, apenas, uma criteriosa seleção, como se ve na relação de obras consultadas.

CAPÍTULO 1O COMÉRCIO INTERNACIONAL NA TEORIA DO DESENVOLVIMENTO1.1 Algumas interrogações sobre o comércio internacional e o desenvolvimento

O ponto de partida para o estudo do comércio internacional fundamenta-se basicamente na estrutura filosófica do analista.

Não será exagero afirmar que há apenas duas opções. De um lado, o estudo do comércio internacional vem sendo realizado com um destaque de tal preponderância que aparentemente é colocado como um ponto de partida para estabelecer, de maneira independente, relações mais profundas de causas e efeitos. Esta tendência parece vir se acentuando nas últimas décadas nas economias capitalistas. Por outro lado, procura-se relacionar o comércio internacional com a expansão das forças produtivas e daí verificar seus efeitos e tendências. Para chegar a conclusões mais esclarecedoras, é de suma importância a escolha de uma das alternativas.

O fato de se tomar como certa a hipótese de que o comércio internacional pode, por si só, desenvolver países, regiões ou localidades não representa toda a verdade e leva à aceita-

ção de políticas econômicas que, no mínimo, podem ser qualificadas como discutíveis. A expressão "Comércio Internacional" fica destituída de sentido quando não relacionada com determinados modos de produção e os rumos expansionistas decorrentes das mudanças quantitativas e qualitativas ocorridas nos mesmos na evolução das sociedades humanas. Como os principais economistas viram esses problemas? É o que se verá agora.

1.2 O Pensamento Clássico

1.2.1 Economia Clássica - Definição

Neste trabalho o campo de definição para a expressão "Economia Clássica" compreende o espaço histórico que vai de Adam Smith a John Stuart Mill, incluindo-se a chamada "Escola Francesa". Este esclarecimento se faz necessário, uma vez que nem sempre há um acordo sobre esta divisão. Tal é o caso de Marx, que considera esta corrente do pensamento econômico de Smith a James Mill e também de Keynes, que lhe acrescenta Marshall e Edgeworth.

Definido esse campo, dois economistas sobressaem com vigor, principalmente no que se refere ao comércio internacional: Adam Smith e David Ricardo.

1.2.2 Adam Smith

Quanto ao modelo de Smith se lhe for extraída a parte mais fragil, ou seja, a base filosófica da lei natural, restarão aspectos ora científicos ora vulgares, incoerências que vão se refletir na sua análise sobre o mercado internacional.

Smith nem sempre vai ao cerne das questões mais importantes que podem trazer uma visão clara das causas do comércio internacional. Das relações funcionais estabelecidas no seu modelo, como se pode ver no esquema nº 1, deduz-se que o ponto de partida para os estudos contidos na sua principal obra, "Investigação Sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações", é a formação de capital (instrumento de produção) e a divisão social do trabalho.

Entretanto, a divisão do trabalho e a tecnologia (melhorias gerais nas máquinas) proporcionariam as bases para as economias internas e externas, decorrentes do aumento do tamanho do mercado. Pode-se inferir que esta última expressão envolvendo as relações internacionais de trocas, ou seja, o comércio internacional, na obra de Smith, aparece no seu modelo a partir daí.

Neste caso, poder-se-á questionar se teria sido realmente o comércio internacional o estimulador da tecnologia e da divisão do trabalho. A análise de Smith nesse ponto é obscura,

como já afirmara Celso Furtado e como se pode ver no citado esquema nº 1, deste trabalho. O limite da extensão do mercado é responsável pela divisão do trabalho. Este, pela maior produtividade da mão-de-obra (claro que está ^a subentendido com o auxílio de novas máquinas). Mas, por seu lado, a extensão do mercado depende da produtividade da mão-de-obra.

Como se vê, Smith verifica a importância do comércio internacional para as transformações da economia de sua época (nascimento do capitalismo industrial), mas nem sempre chega à essência da questão no sentido de relação causal. Tal fato decorre da utilização de dois métodos de pesquisa diferentes que Smith não conseguiu conciliar - o descritivo e o analítico - o que o levou a tratar categorias mais abstratas e essenciais com elementos exteriores e aparentes. Não conseguiu, por isso, aprofundar-se coerentemente na essência do modo de produção capitalista com os interesses que o animam, e daí desenvolver uma teoria científica do comércio internacional.

A compreensão do problema, por isso, fica muito reduzida quando se constata simplesmente que a divisão do trabalho, responsável pelo aproveitamento do capital e da maior produtividade da mão-de-obra tem um limite estabelecido pela extensão do mercado.

* Uma análise contrapondo o desenvolvimento das forças produtivas

vas com a rigidez das organizações políticas espaciais, ou seja, um choque de infra-estrutura com a superestrutura traria, certamente, resultados mais gratificantes. Entretanto, a mistura de métodos científicos com idealizações no pensamento de Smith compromete acentuadamente seu trabalho. Observe-se, por exemplo, a afirmação desse autor de que "Esta divisão de trabalho, da qual derivam tantas vantagens, não foi originalmente provocada pelo gênio humano, prevendo com intencionalidade a riqueza que ela viria a proporcionar. Foi a consequência necessária, se bem que lenta e gradual, de uma determinada tendência da natureza humana que tem como objetivo uma utilidade menos extensiva: a tendência para negociar e trocar uma coisa por outra" (1).

A teoria do comércio internacional em Adam Smith encontra também dificuldades de coerência, uma vez que a explicação de valor fundada no trabalho é um dos pontos-chaves para o seu entendimento. Esta dificuldade decorre do fato de a teoria do valor em Adam Smith ser inconsistente, como a consideram os economistas burgueses, e incompleta, de acordo com os defensores das idéias marxistas. A esse respeito, escreve V.S. Afanassiev: "Smith chegou à compreensão de que a magnitude do valor das mercadorias é determinada pela quantidade de trabalho necessário à produção delas, e não pelo trabalho emprega-

(1) - Smith, Adam - Investigação Sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações. Abril S.A. Cultural Industrial, São Paulo - Os Pensadores 1ª edição, pag. 19

do efetivamente na confecção de cada mercadoria em particular. Ele observa que o produto elaborado habitualmente no curso de dois dias ou duas horas de trabalho terá um valor duas vezes maior do que um produto elaborado habitualmente no curso de um dia ou uma hora de trabalho. Ele não soube, porém, atingir a divisão entre o trabalho individual e o trabalho socialmente necessário, descobrir a natureza deste último" (2)

Smith percebeu uma diferença clara entre a quantidade de trabalho incorporado a uma determinada mercadoria em particular, digamos o valor incorporado pelos trabalhadores de uma fábrica de camisa e o trabalho necessário à produção dessa camisa, para o que seria necessário acrescentar os valores já anteriormente incorporados, como quando do plantio do algodão, etc. Não foi capaz, entretanto, de compreender o sentido social e histórico desse valor e seu conteúdo transitório.

Referindo-se ao mesmo assunto, Irma Adelman lembra outras dificuldades de coerência no modelo, no sentido de que "Apesar de considerar o trabalho como única medida de valor, Adam Smith reconheceu a existência de três fatores de produção: trabalho, capital (ou estoque como chamou) e terra...". Comprovando sua afirmativa, cita o autor em questão: "salários, lucro e renda são as três fontes originais de todo tipo de rendimento e de

(2) Afanassiev, V.S. - História das Doutrinas Econômicas. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1967, pág. 51

todo valor de troca". (3)

Decorre daí uma função de produção do tipo $Y = f(K, L, N)$, onde as variáveis capital, trabalho e terra se interdependem sem a parente relação causal de que todo valor decorreria do fator trabalho, conforme a teoria do valor, que nela tem seu fundamento. A afirmação de Smith que "se um país qualquer pode fornecer-nos uma qualquer mercadoria por um custo menor do que aquele pelo qual nós próprios somos capazes de produzi-la, é muito melhor comprá-la com uma parte de nossos produtos de trabalho industrial, aplicado naqueles ramos em que temos alguma vantagem" (4), além de tratar-se do princípio das vantagens absolutas, que representa uma idéia incompleta sobre o assunto, reflete, como corolário, uma ideologia em defesa da burguesia emergente e não traz uma contribuição importante para esclarecer o caráter mais profundo das trocas internacionais.

O modelo de Adam Smith pode ser expresso nas seguintes relações funcionais e graficamente conforme o Esquema nº 1, apresentado logo em seguida.

(3) - Adelman, Irma - Teorias do Desenvolvimento Econômico, Forense, Rio de Janeiro, primeira edição brasileira, pág. 24.

(4) - Chichkov, I.V - Histórias das Doutrinas Econômicas. Zahar Editora, Rio de Janeiro, 1967, pág. 104/3.

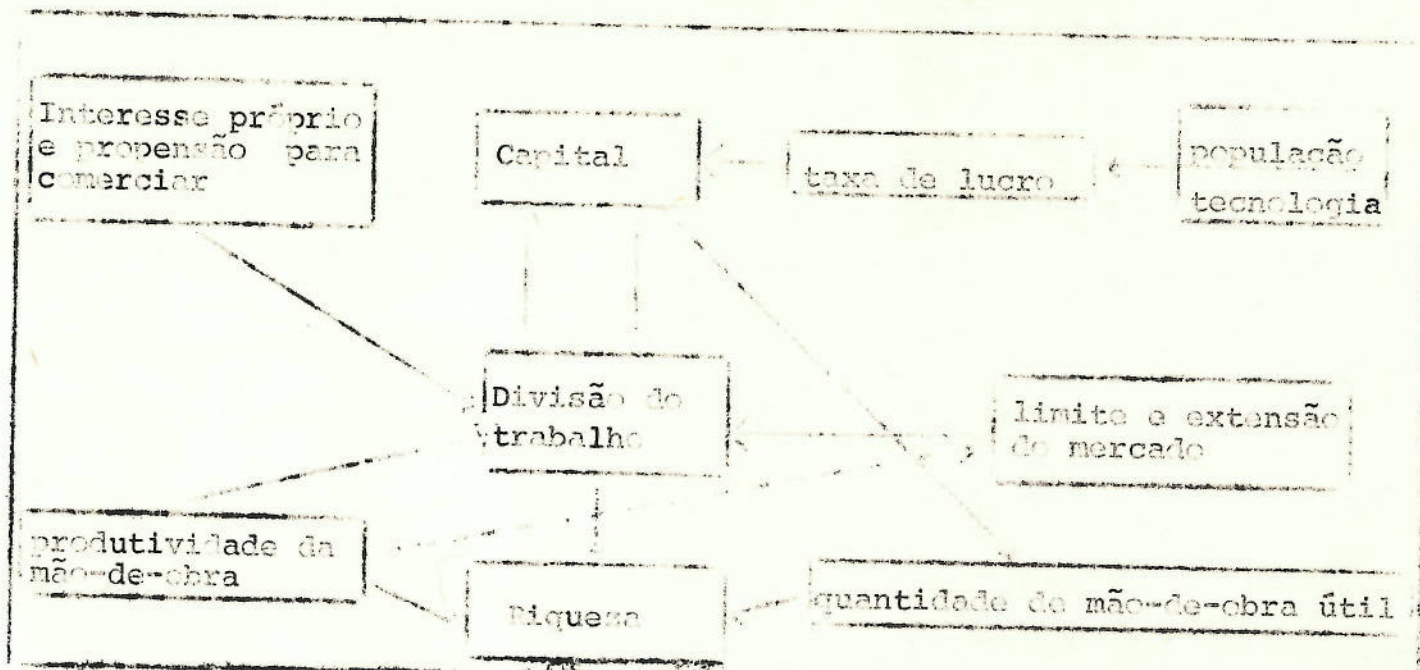
- 1) $Y = f(Mo, p)$ onde $Y =$ renda nacional, $Mo =$ Mão-de-obra e $p =$ produtividade
- 2) $p = f(T, D)$, onde $T =$ tecnologia e $D =$ demanda global
- 3) $T = f(I)$ onde $I =$ investimento
- 4) $I = f(u)$ onde $u =$ taxa de lucros
- 5) $u = f(T, L)$ onde $L =$ taxa de crescimento populacional
- 6) $L = f(W)$, onde $W =$ salários
- 7) $W = f(I)$
- 8) $D = f(W, X)$ onde $X =$ demanda externa
- 9) $Mo = a.L$, onde $a =$ população
- 10) $X = \bar{X}$

Pode também ser expressa, em síntese, na forma abaixo:

$Y = f(T, I)$, ou na forma moderna

$Y = f(K, L, N)$ onde $K =$ capital, $L =$ trabalho e $N =$ Terra.

Esquema nº 1
Visão Gráfica do Modelo de Adam Smith



Ainda que contraditório, o modelo de desenvolvimento smithia no trouxe uma inestimável contribuição ao pensamento econômico. É partindo do princípio das vantagens absolutas e utilizando categorias de Smith como a teoria do valor fundada no trabalho que David Ricardo vai desenvolver seus "custos comparativos", não sem enfrentar as mesmas incoerências a que esteve sujeito seu antecessor como se poderá ver adiante.

1.2.3 David Ricardo

1.2.3.1 Antecedentes da Teoria dos Custos Comparativos

A teoria ricardiana do comércio exterior é claramente compreendida quando se tem em conta a análise da economia inglesa, realizada pelo seu autor, ressaltando os possíveis empecilhos ao seu crescimento e a maneira de removê-los.

A mesma posição de Smith em relação à ordem anterior vai ganhar força na teorização de Ricardo, numa fase em que a Europa, principalmente a Inglaterra, vive um dos períodos mais importantes da sua história, com a revolução industrial em pleno vigor e o surgimento da burguesia industrial.

Descontados os motivos ideológicos que marcaram uma consciência de classe muito acentuada nesse economista na luta contra os privilégios dos proprietários de terra, David Ricar -

do, utilizando elevado grau de abstração, apresenta uma das análises mais elegantes até hoje construídas em teoria econômica. Vai enfrentar, ainda assim, incoerências que não foi capaz de evitar da mesma forma que Adam Smith. No que diz respeito ao comércio internacional, tais dificuldades estão ligadas essencialmente à teoria do valor fundada no trabalho, adotada também por ele. A lógica do seu modelo está relacionada com a teoria do valor, a renda da terra e os rendimentos decrescentes.

Contrapondo crescimento populacional e utilização de terras, chega-se às teses de renda da terra e à lei dos rendimentos decrescentes.

Ricardo inicia seu raciocínio admitindo utilização de terras de primeira qualidade. Em um segundo momento, devido à pressão do crescimento populacional, as terras menos férteis seriam utilizadas. Continuando a crescer a população, terras de terceira categoria seriam também necessariamente utilizadas, e assim continuaria o processo até o momento em que todas as terras cultiváveis fossem utilizadas. Neste momento, a população continuaria a crescer mas não haveria mais como usar esse recurso natural. O que aconteceria?

Na sua explicação, Ricardo admite que, ao serem utilizadas terras de segunda qualidade, devido à menor produtividade, o seu produto seria forçosamente mais caro do que aquele de-

corrente das terras de primeira qualidade. A que preços se riam vendidos esses produtos? Ao preço mais caro, ou seja, a que decorrente da utilização das terras de segunda qualidade. Por que? Em primeiro lugar, porque os clássicos admitiam que não poderia haver preços diferentes para o mesmo mercado e para o mesmo produto. Em segundo, como se infere da teoria do valor fundada no trabalho, embora não esteja coerentemente construída em Ricardo, o trabalho incorporado ao produto de segunda qualidade é o determinante do preço, ou, como se diz em outra linguagem, os custos de produção das terras menos férteis são mais elevados.

Os proprietários das terras de primeira qualidade vão obter um lucro suplementar, inesperado. Aparece neste instante a renda. O ciclo continua e faz aparecer a chamada renda diferencial, ou seja, cada vez que se utilizam terras de qualidade inferior, surge todo um reajustamento no preço dos produtos das terras de qualidade superior.

Entretanto, utilizadas todas as terras disponíveis, a população continua crescendo e, pela maior procura de alimentos, pressionando os preços. Estes se elevam novamente agora não mais em função do aproveitamento de novas terras de qualidade inferior. A renda obtida em decorrência disto Ricardo a chamou de renda absoluta ou de monopólio x

Diante desta última pressão, os proprietários de terras, face a tendência à continuada elevação dos preços e bons lucros, procurarão intensificar a utilização das suas terras. Esbarrarão, logo em breve, com a lei dos rendimentos decrescentes.

Entretanto, os rendimentos decrescentes, longe de virem a prejudicar os proprietários de terra, seriam continuadores dos privilégios econômicos daquela classe social.

A explicação é que, necessitando continuar a produzir com utilização mais intensiva dos fatores de produção, na tentativa de atender à maior procura, e estimulados pela elevação dos preços, os proprietários de terra necessitariam empregar maior quantidade de capital e trabalho. A utilização mais intensiva do capital e do trabalho faria decrescer a taxa de juros (lucro na terminologia de Ricardo) e a taxa de salário, de um lado pelo rendimento não proporcional do capital, de outro pela oferta maior do que a procura da mão-de-obra.

O esquema a seguir demonstra este fato

Esquema nº 1

Terras menos férteis (custo)	S	R S	R	R	Terras mais férteis
	L	L	S L	S L	
Unidades agrícolas	A	B	C	D	

R= Renda
S= Salários
L= Lucros

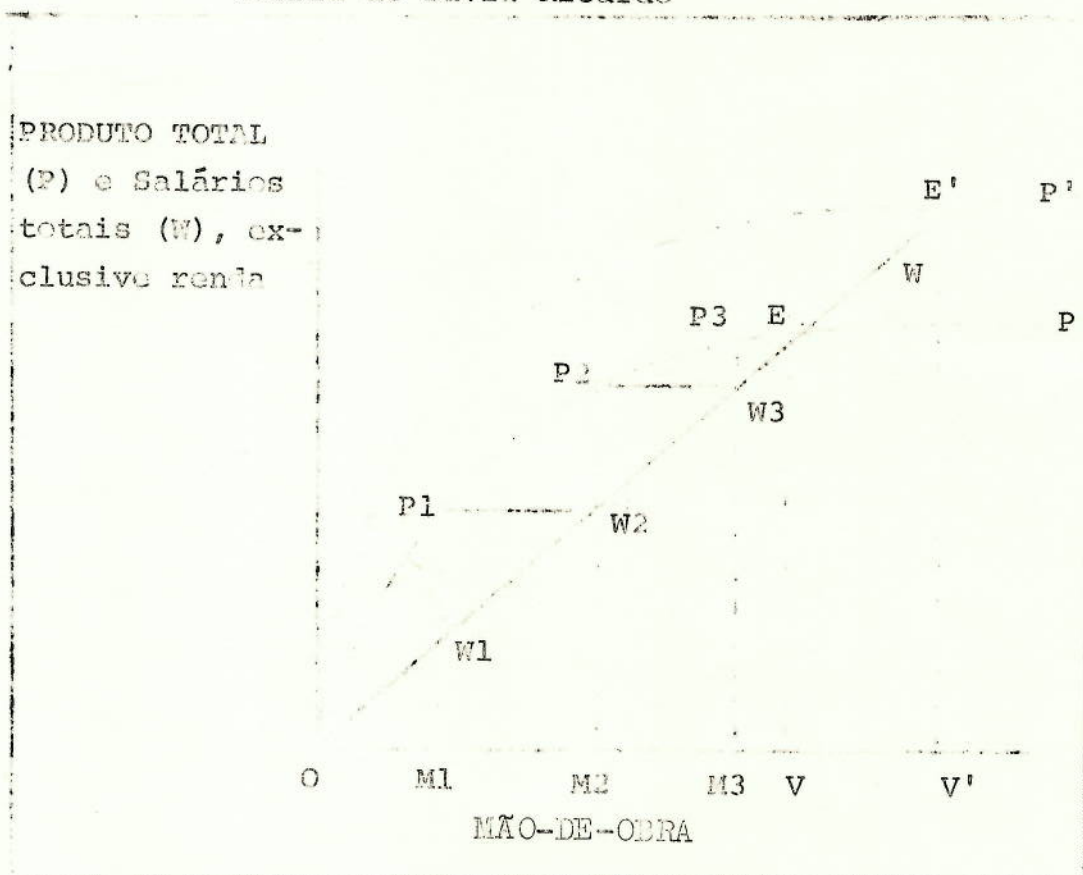
Analisando a distribuição da renda entre salários e lucros, certamente com a preocupação já agora mais acentuadamente voltada para as relações industriais de produção, Ricardo afirma que o fator que determina a baixa dos lucros é a elevação dos salários, decorrente da elevação do custo das subsistências do trabalhador. "Nenhuma alta permanente no preço das coisas necessárias poderá ocorrer sem que ocasione uma alta de salários e as possíveis elevações ou baixas ocasionais de oferta e procura de nenhum modo invalida a teoria de que os lucros dependem dos salários altos ou baixos, de que estes dependem, por sua vez, do preço dos artigos de primeira necessidade, e este, principalmente, do preço dos alimentos" (5).

(5) - Citado por: Holanda, Nilson - Introdução a Teoria do Desenvolvimento Econômico - Edição Minicografada, Fortaleza - za, 1967, Volume II, pág. 14.

Com clareza meridiana esse raciocínio tem um propósito bem definido, ou seja, o de que seriam os proprietários de terra os responsáveis pelo aumento de salários, certamente daqueles trabalhadores do setor industrial com a elevação constante dos preços dos alimentos, face aos fatos explicados na "renda da terra".

Este ponto de vista pode ser visualizado no esquema a seguir:

Esquema nº 3
Teoria de David Ricardo



As qualificações sobre o esquema são as seguintes:

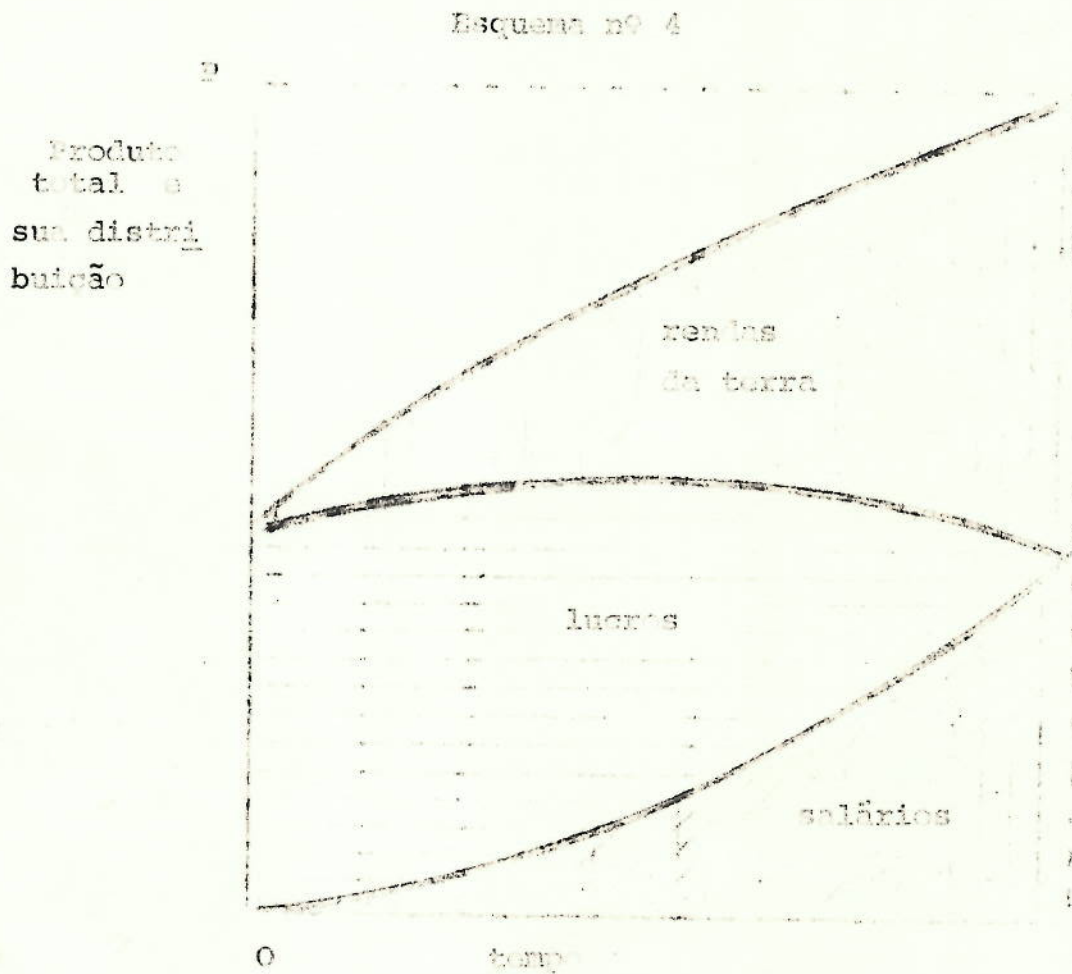
- a reta OW corresponde ao salário de subsistência que se pressupõe constante;
- a produção total está representada por uma parábola do segundo grau, OP, declinante da esquerda para a direita, pelo fato de se admitir o pressuposto dos rendimentos decrescentes.

Admitamos, de início, que a produção seja M_1P_1 , distribuída entre M_1W_1 de salários e M_1P_1 de lucros, com o emprego de mão-de-obra no montante de OM_1 . Havendo lucros, estes induzirão à acumulação de capital o que, por sua vez, elevará o nível salarial até o limite máximo M_1P_1 , fazendo desaparecer os lucros. Entretanto, face ao salário acima do nível de subsistência, a população crescerá e a mão-de-obra chegará a OM_2 , caindo, novamente ao nível de subsistência, embora com a produção de M_2P_2 , possibilitando, outra vez, lucros de M_2P_2 . O ciclo vai se repetindo até encontrar o limite E (determinado evidentemente pela lei dos rendimentos não proporcionais ou decrescentes). Nesse ponto os salários correspondem a VE, os lucros a zero e a possibilidade máxima de emprego da mão-de-obra OV. Chegamos ao estado estacionário imaginado por David Ricardo, teorização que o levou a ser incluído numa corrente de pensamento clássico designada de pessimista.

As melhorias tecnológicas poderiam retardar o processo, mas não evitá-lo.

Combinando sua teoria da renda, salários, lucros e a teoria Malthusiana da população Ricardo constrói o seu modelo de crescimento, que, como já vimos, inexoravelmente chegaria à estagnação.

O que foi dito até agora pode ser sintetizado no Esquema nº 4, a seguir.



O esquema possibilita a verificação clara do que expõe a teoria.

Percebe-se o afunilamento dos lucros, impossibilitando as inversões, enquanto a participação dos salários e da renda da terra aumenta na composição da distribuição funcional do produto.

Necessariamente, a maior parcela pertencente à categoria "salários" não significa melhor nível de vida. Em verdade, o pressuposto é de que os salários tendem ao nível de subsistência. Diante disto, os grandes beneficiários são os proprietários de terras que, como se viu, vão se apropriando de uma parcela cada vez maior do produto, devido ao surgimento das rendas diferenciais e de monopólio.

Partindo dessa constatação é que Ricardo vai propor uma especialização internacional do trabalho. Em parte, porque as fronteiras agrícolas de um país são limitadas em maior ou menor grau, a depender da dotação de recursos naturais do que disponha. E, embora tenha dado às suas teorias a forma de generalidade, ele estava consciente das limitações inglesas no que diz respeito a terras, assim como estava certo das grandes potencialidades nascentes com o capitalismo industrial inglês. Por outro lado, sabia que era necessário remover os obstáculos à expansão da

economia industrial.

Um desses obstáculos eram os proprietários de terra e uma forma de enfraquecê-los era exatamente retirar-lhes os privilégios de proteção aduaneira, a fim de que produtos alimentícios de outros países pudessem chegar à Inglaterra em forma de livre concorrência. Mas, para que as sugestões desse tipo fossem aceitas, eram necessários argumentos convincentes.

Aqui surge a teoria do comércio internacional de David Ricardo.

De um diagnóstico da situação da economia inglesa da época, analisando as variáveis mais importantes do sistema, esse pensador vai construir uma das manifestações teóricas de mais alta relevância da economia.

1.2.3.2 A Teoria dos Custos Comparativos

Ricardo retoma as idéias de Smith sobre comércio internacional de custos absolutos e avança no sentido de construir sua teoria dos custos comparativos. Admite que, mesmo não havendo vantagens absolutas na produção de bens por parte de um país, o comércio internacional é possível, devido ao princípio das vantagens comparativas:

"Admitamos que a produção de tecidos na Inglaterra exija o trabalho de 100 operários no curso de um ano, e a produção de vinho 120 operários, enquanto em Portugal a produção da mesma quantidade de tecidos e vinho exija respectivamente apenas 90 e 80 operários durante um ano. É indubitável que, tanto para os capitalistas ingleses como para os consumidores de ambos os países, seria proveitoso que nessas condições o tecido e o vinho fossem elaborados em Portugal e, conseqüentemente, que o capital e o trabalho ingleses se deslocassem com o mesmo objetivo para Portugal. Nesse caso, o valor relativo (valor de troca) de tais mercadorias seria regulado pelo mesmo princípio como se uma delas fosse produzida no Yorkshire e a outra em Londres... Se o capital pudesse deslocar-se livremente para o país onde ele pode ser investido com maior lucro, a taxa de lucro e o custo real, ou fundado no trabalho das mercadorias iriam nivelar-se em ambos os países".

Observa ainda: "Na prática, tal deslocamento de capital é muito difícil, e a maioria dos capitais prefere uma taxa de lucro mais baixa em seu país à procura de uma alocação mais vantajosa para a sua riqueza em países estrangeiros" (6)

(6) Chichkov, I.V - op. cit. p. 103/104

Em consequência desses fatos, o capital se desloca, não para o exterior, mas sim dentro do próprio país. Esse deslocamento interno, entretanto, está relacionado com a divisão internacional do trabalho.

"Por exemplo, em Portugal é mais proveitoso concentrar todo o trabalho na produção de vinho e trocar a metade deste por tecido inglês. Dessa forma, em troca do produto de 80 homens (vinho), o país recebe um produto (tecido) em cuja confecção ele antes precisava gastar o trabalho de 90 homens ou Na Inglaterra, por outro lado, é vantajoso transferir o capital e o trabalho antes ocupados na produção de vinho para a produção de tecido. Exportando para Portugal o produto de 100 operários seus, o país recebe em troca artigos que lhe são necessários, para cuja produção antes se despendia o trabalho de 120 homens, ou seja, faz economia anual de 20 homens" (7).

Nesse raciocínio estão implícitos dois postulados: o primeiro decorre da aceitação de que somente o trabalho pode criar valor; o segundo, de que a perfeita mobilidade de fatores admitida na economia clássica era válida apenas para as economias nacionais.

Estão no primeiro postulado (teoria do valor fundada no trabalho) as maiores dificuldades de Ricardo para apresen-

(7) - Chichkov, I.V - idem, p. 104

tar uma teoria do comércio internacional coerente.

Em boa medida percebe-se seu esforço para superar esse problema quando diz: "Então, a Inglaterra daria o produto do trabalho de 100 homens em troca do produto do trabalho de 90. Tal troca não poderia ocorrer entre os indivíduos de um mesmo país. O trabalho de 100 ingleses não pode ser trocado pelo de 80 ingleses, mas a produção de 100 trabalhadores ingleses pode ser trocada pela de 80 portugueses, 60 russos ou 120 índios orientais. A diferença em relação a isto, entre um e muitos países, pode ser facilmente explicada pela dificuldade com que o capital se move de um país para outro país, em busca de aplicação mais lucrativa e pela facilidade com que invariavelmente se muda de uma para outra província no mesmo país" (8)

Em carta dirigida a MC Culloch, Ricardo chega a pensar em reescrever o capítulo I "Sobre o Valor" do seu livro "Princípios de Economia Política e Tributação", admitindo que reconheceria o valor relativo das mercadorias determinado não somente pelo trabalho, mas também pela taxa de lucro durante o tempo que o capital permanecesse, e até que as mercadorias fossem levadas ao mercado. (9).

(8) - David, Ricardo - Princípios de Economia Política. Abril S.A. Cultural e Industrial, São Paulo - Os Pensadores, primeira edição, pág. 321

(9) - Citado por: Holanda, Nilson - op. cit. p. 21

Na teoria do comércio internacional, tentando explicar a aparente contradição de se admitir em valores diferentes para a mesma quantidade de horas trabalhadas, busca a resposta na dificuldade com que o capital se move de um para outro país, em contraste com a facilidade com que se move de uma província para outra, em um mesmo país.

Segundo autores marxistas e o próprio Marx, Ricardo não foi capaz de entender conceitos como trabalho abstrato e socialmente necessário.

O valor e sua medida, na manifestação mais completa, segundo os mesmos autores, adquirem algumas peculiaridades pelo fato de que o trabalho abstrato nos diferentes países não é qualitativamente homogêneo. "Uma hora do tempo de trabalho em um país contém um trabalho de intensidade e produtividade mais (ou menos) alta do que uma hora de trabalho em outro país. Por isso o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção dessa ou daquela mercadoria em determinado país não coincide com o tempo de trabalho socialmente necessário à produção da mesma mercadoria em outro país". (10)

O estágio histórico em que se encontra o país, com um determinado conhecimento humano - tecnologia, etc. - certamente implicará em produtividades diferentes. Não é possível, pois, querer-se que numericamente o produto do traba-

(10) - Chichkov, l. V - idem, p. 106

lho no mesmo tempo seja igual para países em graus de desenvolvimento histórico diferentes, por exemplo.

Para se entender melhor este ponto, é indispensável levar em conta todo o desenvolvimento da história da humanidade, com sua distribuição geográfica, os elementos naturais de que dispõe para uso, os instrumentos e conhecimentos ao seu alcance.

Querer que a medida de valor fundada no trabalho fosse equivalente em qualquer circunstância de dotação natural e desenvolvimento histórico, seria tentar homogeneizar toda a face da terra, hipótese muitas vezes tentada em modelos abstratos, que não se identificam com a realidade objetiva que pretendem exprimir.

Karl Marx, referindo-se a esse tema, afirma: "Os dias de trabalho dos diversos países podem ser comparados uns com os outros de maneira semelhante à que o trabalho qualificado, complexo, é comparado ao trabalho simples". E, ainda: "O dia de trabalho nacional mais intenso é considerado igual a um dia de trabalho menos intenso mais X. Se se toma o dia de trabalho dos países produtores de ouro e prata como medida do dia de trabalho internacional, o dia de traba

lho de 12 horas, mais intenso, na Inglaterra, por exemplo, será expresso por uma quantidade de ouro maior que o dia menos intenso espanhol; ou seja, custará mais caro do que o dia de trabalho médio realizado em prata ou ouro" (11).

Para Marx e os marxistas, Ricardo não foi capaz de entender este ponto.

1.2.4 John Stuart Mill

A contribuição dos economistas posteriores a Ricardo, na tentativa de enriquecer sua teoria do comércio internacional, não tem acrescentado muita coisa ao essencial, especialmente quando se trata de conceber uma nova teoria do valor.

Neste ponto Mill poderia ter criado novas manifestações sobre a divisão internacional do trabalho. Como é sabido, ele nega que o trabalho seja o único criador de valor. Admite que a dificuldade de aquisição e a utilidade são as duas causas principais da criação do valor.

Evidentemente, aceita que fosse esta nova versão do valor, necessário seria reformular a teoria do comércio internacional segundo Ricardo. Tendo-se em vista, entretanto, que essa formulação de Mill não foi levada a sério pela evidência de sua fragilidade teórica - porque, caso contrário, é

(11) - Chichkov, I.V - idem, p. 107

bom que se repita, teria sentido uma reformulação da teoria ricardiana sobre comércio internacional - esta continuou seguindo, pelo menos como um desafio.

A preocupação de Mill com sua vantagem ou eficiência comparativa, os limites dos possíveis termos de troca e a procura recíproca, não justificam nem abalam a teoria dos custos comparativos.

Os demais economistas clássicos de renome, como Malthus e J.B. Say, são irrelevantes para os propósitos do estudo sobre o comércio internacional.

1.3 A Interpretação Neoclássica

1.3.1 Visão de conjunto

A teoria neoclássica pode ser entendida como uma reação do pensamento dos defensores do capitalismo liberal contra, principalmente, o modelo marxista que se interpõe no espaço histórico entre ela e a economia clássica. De passagem, vai de encontro também ao pessimismo de Malthus e David Ricardo, conforme cita Overton H. Taylor. "Além disso, o tom da maioria do pensamento liberal era agora de novo mais otimista, como tinha sido ao tempo de sua origem, o fim do século XVII; o elemento de pessimismo, que fora in-

roduzido pelas opiniões de Malthus e Ricardo, desvaneceu-se. Ainda isso poderá ser explicado pela mudança das condições reais. A pressão da população estava sendo aliviada pelos resultados da abertura de grandes áreas novas de terra fértil como fontes de alimento para os povos europeus, uma taxa de contínuo progresso tecnológico e econômico tal como Malthus e Ricardo não tinham meios de prever claramente, e queda da taxa de natalidade. Assim, os acontecimentos não estavam correspondendo à sombria previsão de Ricardo; os salários reais do trabalho subiam geralmente, as taxas e lucro sobre novos investimentos de capital não estavam caindo gravemente e a porção da renda da terra dentro do valor da produção não estava crescendo relativamente ou às expensas das outras porções de rendimento; e não havia sinais da aproximação do estado estacionário" (12)

Nestas palavras há, por um lado, certa injustiça para com Ricardo, cujo modelo admitia que o progresso tecnológico apenas retardaria a ocorrência dos fatos. Por outro lado, a realidade pareceria, nos dias atuais, indicar problemas mais próximos dos clássicos do que dos otimistas liberais.

Mas, não são os clássicos o principal objetivo do pensamen-

(12) - Taylor, Overton H. - História do Pensamento Econômico - Editora Fundo de Cultura S.A., São Paulo, 1965 2º volume, pág. 401.

to também chamado marginalista. Suas armas vão ser apontadas inexoravelmente contra Karl Marx e sua teoria do valor fundada no trabalho, cuja aceitação implica na demonstração de que existe a mais valia e a exploração da força de trabalho através da apropriação de parte do produto do trabalhador por parte do capitalista. O centro da estrutura da teoria econômica de Karl Marx baseia-se na teoria do valor fundada no trabalho, decorrendo desta suas teses de que a classe explorada deverá, por contradições aos interesses da classe capitalista, superá-las e tomar as rédeas do poder.

É sob esse aspecto que volta o interesse pelo comércio internacional e sua teoria ricardiano-marxista do valor fundada no trabalho. Aceita que fosse outra fonte de valor, a teoria do comércio internacional teria de procurar outra explicação que justificasse a melhor maneira de se efetuar a divisão internacional do trabalho com maiores benefícios para todos.

1.3.2 A Teoria da Utilidade Marginal

A Teoria da utilidade marginal tenta explicar o valor das coisas através do subjetivismo. Com essa finalidade, admite duas utilidades:

- a) a abstrata, representada pela capacidade do objeto de satisfazer uma necessidade qualquer das pessoas;
- b) a concreta, representada pela avaliação subjetiva da utilidade de um bem e que depende, por seu lado, da oferta existente e do grau de saturação da necessidade nele contida.

O subjetivismo chega ao extremo nos representantes dessa escola através de K. Menger que diz ser o valor "o juízo que os sujeitos econômicos fazem da importância dos bens que estão à sua disposição para seu sustento e bem-estar, e não existe portanto fora da consciência dos indivíduos"(13).

Nessa afirmação está caracterizado todo um conteúdo filosófico-idealista muito próximo ao defendido pelo seu representante máximo, Berkeley, que admite não haver outro fator a não ser a consciência do homem, determinando as demais coisas.

Percebendo o exagero dessas posições, Alfred Marshall, um dos maiores representantes do neo-classicismo, resiste em abandonar pura e simplesmente a teoria do valor de Ricardo: "Vimos que, no último campo, ao passo que os outros chefes do novo movimento progressista da teoria econômica no

(13) Alter, L.B. - História das Doutrinas Econômicas. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1967, pag. 330

tempo de Marshall tentaram fazer da nova análise da utilidade e das procuras de produtos toda a base de uma teoria do valor inteiramente nova, Marshall insistiu em reter e combinar com essa nova análise muito da ênfase clássico-ricardina sobre o custo de produção (eficiência)" (14)

De fato, não são pequenas as dificuldades encontradas pelos neoclássicos para a construção de uma nova teoria do valor. Se é o individuo que determina o valor subjetivamente, através da utilidade marginal decrescente, como explicar, por exemplo, o valor dos meios de produção? Estando fora da esfera do consumo pessoal, eles não podem ter valor subjetivo.

A fim de superar esse obstáculo, os teóricos da utilidade marginal dividem os bens em dois grupos: de primeira ordem (ou do presente), que compreendem todos os bens de consumo, e bens de segunda ordem (ou do futuro), representados por todos os meios de produção.

"Se o valor dos artigos de consumo é determinado diretamente por seu valor de uso, o valor dos meios de produção é determinado pelo valor (utilidade marginal) dos artigos de

(14) Taylor, Overton H., op. cit. p. 465

consumo que são produzidos com a ajuda desses meios de produção. O valor das máquinas é determinado pelo valor de sua produção, o valor do algodão pelo do tecido, o dos metais pelo dos artigos elaborados com ele, etc.

Esse ponto-de-vista é todo ele decorrente da teoria subjetiva do valor como expressão da utilidade dos bens. As causas reais das relações entre os fenômenos econômicos são aqui postas de cabeça para baixo. Enquanto, na realidade, o valor dos meios de produção se transfere ao valor das mercadorias elaboradas, e por isso mesmo se inclui neste, segundo a teoria do valor subjetivo ocorre algo inverso: o valor dos próprios meios de produção é determinado pelo valor dos objetos produzidos com eles, os artigos de consumo" (15)

A inconsistência desse pensamento salta escandalosamente às vistas e conduz à eliminação da idéia de custos de produção, pois o valor parte da estimativa subjetiva dos consumidores, a qual determina diretamente o preço dos bens de consumo e, indiretamente, o preço dos bens de produção.

Foi a fragilidade dessa teoria no seu nível mais amplo que levou Marshall a se recusar a admitir como superadas mui -

(15) - Alter, L.B., op. cit. p. 352/3

tas das teorias ricardianas e a manter-se num nível de prudência científica mais aconselhável, embora tentando conciliar a utilidade marginal com pressupostos de Ricardo, não encontrando, por isso, também uma solução aceitável.

Uma síntese do pensamento marginalista está contida, em boa medida, em E. Bohm Bawer. "Em última análise, não são os custos de produção que transferem seu valor aos produtos e sim, ao contrário, os custos de produção é que recebem valor dos produtos desta última" (16).

Diante disso, pode-se admitir que os marginalistas reduziram a economia a um campo estrito e acanhado, impossibilitando uma visão científica da economia. Nestas circunstâncias, não aparecem novas contribuições ao comércio internacional dignas de nota.

Como foi dito anteriormente, primeiro teria sido necessário que os marginalistas tivessem construído realmente uma teoria do valor que não fosse fundada no trabalho para que se pudesse explicar, de outra maneira, as vantagens da divisão internacional do trabalho baseada na teoria do valor de Ricardo. Essa teoria foi tentada, mas devido ao seu caráter filosófico-idealista, através do seu subjetivismo, não trouxe nenhuma contribuição ao esclarecimento do pro -

(16) - Atler, L.B. idem, p. 353

blema do comércio internacional a despeito de poder apresentar-se numa versão refinada em termos quantitativos a ponto de chegar-se às preocupações matemáticas impressionistas de diferenciais integrais, etc., neste caso, por sinal, inúteis.

É uma faceta da história do pensamento econômico muito rica em lógica formal e muito pobre em lógica dialética.

1.4 Tentativas de Reformulação da Teoria Clássica

Desde Ricardo até os dias de hoje, os fundamentos da teoria do comércio internacional permanecem intactos.

Tendo como base um modelo de um fator de produção (o trabalho) as tentativas de refinamentos e modernização da teoria de Ricardo dos custos comparativos, mediante a inclusão de outros fatores como medida de valor (capital, etc.), não tem obtido muitos êxitos, não só na sua estrutura lógica como na verificação empírica.

È evidente que a rebeldia e a recusa em tomar como certa a hipótese do valor-trabalho implicariam forçosamente em admitir-se a criação de valor por intermédio de outros fatores. Ao que parece, esse dilema continua sem solução.

A última tentativa para formular uma teoria do valor foi

efetuada pelos neoclassícos e, como já se viu neste trabalho, não suporta uma análise mais profunda, servindo apenas para ser vendida como um produto de fácil consumo.

Não há explicação satisfatória que mostre que a terra ou o capital cria valor, no sentido mais amplo. Por isso, surgem imensas dificuldades para explicar o comércio internacional e a divisão internacional do trabalho quando se têm funções de produção do tipo $Y = f(K, T, N)$ onde são considerados fatores de produção o capital, a terra e o trabalho.

Aparentemente, ou uma teoria do valor é construída no sentido de provar a invalidade daquela aceita por Ricardo, ou não se chegará a resultados melhores na explicação do comércio internacional, a não ser pela aceitação de um único fator de produção, ou seja, o trabalho. "Quando os economistas do comércio internacional procuram formular hipóteses baseadas na teoria ricardina e testam para verificar se o comércio observável se conforma ao padrão postulado, a verdadeira dificuldade tem sido a de adaptar a abordagem ricardiana de um fator ao mundo real de multifatores"(17). Esta afirmação evidencia todo o drama entre a tese de que há apenas um fator de produção (o trabalho) e aquela que admite a existência de vários fatores.

Dois autores são mais conhecidos na tentativa de apresen -

(17) - American Economic Association Royal Economic Society
Panorama da Moderna Teoria Econômica-Editora Atlas
S.A. São Paulo, 1973, volume 2, pág. 211

tar uma versão multifatorial para as diferenças dos custos comparativos: Heckscher e Ohlin.

Supondo funções de produção idêntica no mundo inteiro, esses autores explicam as diferenças de custos comparativos pela diferença de composição de fatores produtivos e pelo fato de cada produto exigir proporções distintas de cada fator para sua produção. Os países devem, para maximizar seu produto, produzir aqueles bens que requeiram a utilização intensiva de seus fatores abundantes. Essa especialização trará a baixa do preço do fator escasso e a elevação do fator abundante. Neste caso, o comércio internacional funcionará como um substituto da mobilidade de fatores, o que, pela hipótese de Ricardo, seria apenas possível dentro das fronteiras de um país.

Os pressupostos dessa lei limitam demasiadamente seu alcance. São eles: estabilidade da demanda, proporcionalidade constante de fatores, pleno emprego, competição perfeita, ausência de economias internas e externas.

O economista Leontief efetuou pesquisa no comércio internacional americano, procurando evidências empíricas para os estudos de Heckscher-Ohlin. Os resultados obtidos foram contraditórios, pois deveriam evidenciar um aproveitamento intensivo de capital, apresentando, ao contrário, utiliza-

ção intensiva de mão-de-obra. "Esses resultados, longe de desanimar, encorajaram outros estudos empíricos e mesmo aperfeiçoamento da própria teoria. A mais famosa teoria aperfeiçoada foi desenvolvida recentemente por Donald Kee - sing, partindo da idéia da não homogeneidade dos fatores, particularmente no que diz respeito ao fator trabalho. Sua conclusão é que os Estados Unidos e outros países industrializados teriam na mão-de-obra qualificada (labor skill) suas vantagens comparativas. Exportariam, conseqüentemente, produtos intensivos em skill, e importariam outros intensivos em mão-de-obra menos qualificada e até mesmo capital, dependendo do país com o qual estariam comerciando" (18)

Outras manifestações têm surgido. É o caso da teoria de Kravis, argumentando que a composição do comércio internacional é determinada por "disponibilidades", isto é, que o comércio tende a manifestar-se pelos bens não disponíveis em casa.

Linder, economista sueco, por sua vez, divide o padrão de comércio em setores: o setor de produtos primários e o de

(18) - Doellinger, Carlos von e outros - Transformação da Estrutura das Exportações Brasileiras - IPEA, Coleção Relatórios de Pesquisa, Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1973, pag. 147/8

manufaturados. Enquanto admite que o primeiro possa ser explicado através da dotação relativa dos recursos naturais, o comércio de manufaturados não pode ser explicado, como tecnologia, perícia administrativa, economia de escala, etc. Enfrentando os mesmos problemas que outros economistas, pela multiplicidade de fatores de produção admitidos, Linder, prevendo impossibilidade de chegar a uma composição do comércio manufatureiro aceitável, abandona o problema e afirma que o que se pode conseguir é uma teoria sobre o volume do comércio em relação à renda nacional.

"A tese central de Linder é de que o volume de comércio de produtos manufaturados de um país com cada um de seus parceiros de comércio, quando considerado como uma proporção das rendas nacionais correspondentes de tais países, será mais alto quanto maior for a similaridade nos padrões de procura do par de países comerciando entre si" (19)

A maior parte dos teóricos enfrenta uma dúvida manifesta. O que determinaria a relação de preços dos fatores em diferentes países, sob livre comércio, mas com imobilidade de fatores entre eles?

Essa dúvida está seguramente impregnada da não existência,

(19) - American Economic, op. cit. p.240.

para esses teóricos, de uma teoria do valor capaz de satisfazer às condições exigidas pelas suas pesquisas, análises e teorias.

1.5 Um Complemento - As relações de trocas implícitas na versão Espacial-Regionalista

1.5.1 Visão Geral

Nos últimos anos, um enfoque analítico sobre problemas econômicos tem surgido com muita frequência. Iniciado no século XIX, com a teoria da localização, avançou para o conceito de economia regional e somente agora vem ganhando força. Sua preocupação básica tem sido a de estabelecer as causas porque o homem "escolheu" determinados locais para início de suas atividades, como a organização da produção aí se desenvolveu e como se estabeleceram as relações de trocas entre eles. Há, por um lado, uma tentativa de descobrir os mecanismos que levaram alguns desses locais a se desenvolverem mais do que outros. Finalmente, procura-se demonstrar, nem sempre com poucas sutilidades, que existem vantagens na concentração de atividades econômicas, como na teoria dos polos.

Os novos conceitos incluídos na análise das trocas, como local e, principalmente, região econômica estão, não raro,

em confronto com a realidade social e política. Pareceria, com os mesmos, ter-se lançado as sementes de uma teoria econômica onde seriam justificadas a expansão de grandes conjuntos produtivos que necessitariam, inapelavelmente, de integração de mercados em espaços. cada vez maiores, até então, somente ocorrida com grandes barreiras de doutrinas sociais, políticas e ideológicas, que se refletem numa consciência geo-política, nem sempre favorável a essas expansões.

A teoria dos pólos surgirá como um prolongamento dessas idéias, confirmando o exposto acima.

Admitida essa nova maneira de encarar as trocas, poder-se-á, seguramente justificar como região econômica, tanto extensões espaciais de um mesmo país que englobe várias unidades políticas como extensões espaciais, não necessariamente contínuas, compreendendo vários países.

É sob esse ponto de vista, e pelo que nem sempre está explícito na teoria espacial - regionalista, que se justifica expor o pensamento de alguns dos princípios expoentes dessa corrente do pensamento econômico, quando se tem como objetivo o estudo do comércio internacional. A análise, como veremos, vai enfatizar as vantagens das trocas entre locais ou regiões, livres das barreiras geo-políticas, utili-

zando variáveis puramente econômicas.

Esta abstração conduziu os autores dessa corrente a imaginarem modelos de distribuição espacial de atividades econômicas, não raro, com excessiva dose idealista, como sugerem as notas seguintes.

1.5.2 Precursores

As primeiras idéias concebidas datam do século XIX, podendo ser lembrados: J.H. von Thunen, 1826; A. Weber, 1909 ; Walter Christaller, 1933; A. Losch, 1940 e F. Perroux, 1955.

Constantemente, outros autores têm sido retomados por aqueles que se dedicam aos estudos espaço-regionais. Dentre estes, destacam-se Douglas C. North, Edwin Von Boventer, Palander e Isard.

O método empregado por esses analistas tem variado muito. Uns procuram explicações através de formulações matemáticas, como Thunen, Weber, Christaller e Losch para citar alguns. Outros tentam combinar estes métodos com evidências históricas de países. Iniciam os estudos ora pelo setor agrícola, ora pelo setor de serviços, etc. O objetivo entretanto, tem sido o mesmo.

A título de esclarecimento, deve-se lembrar que esses auto

res foram influenciados, nas suas premissas, por escolas diversas do pensamento econômico, especialmente a partir do neoclassicismo e muitos dos seus postulados aí encontram suas raízes. Várias limitações dominam a obra da maior parte desses economistas. De um lado, sua excessiva preocupação com as formulações matemáticas empregadas, não como um instrumento com o qual se busca uma interpretação correta da realidade mas quase como um fim em si, de outro, quando iniciam seus estudos a partir da agricultura e esta, gerando um excedente cria condições de maior complexidade do sistema. Neste caso, não souberam distinguir a experiência histórica européia da experiência vivida por regiões, como, como exemplo, as colonizadas a partir da expansão comercial da Europa.

1.5.3 A contribuição de Douglas C. North

Um dos estudiosos desse campo da economia, Douglas C. North, reconhece que "una dificultad fundamental ha sido que la teoria del crecimiento económico regional tiene poca relevancia para el desarrollo de las regiones en los Estados Unidos. No solamente hay poca semejanza entre la secuencia de las etapas desarrolladas por la teoria y el desarrollo norteamericano, sino que resultan basicamente erróneas las conclusiones de política económica que pudieran ex -